

Crônica da Cidade

MARIA LÚCIA VERDI | maluverdi99@gmail.com

O poder da biblioteca

A nova (des)ordem mundial exige, comprovadamente, a mobilização da população civil do planeta para tentar impedir intermináveis atos que comprometem a democracia, a justiça social e o meio ambiente. É urgente participar, aprofundar a análise dos fatos, ter plena consciência do poder das manifestações populares.

É vital para o pensamento crítico que o

hábito da leitura não seja enterrado como coisa do passado. A informação superficial que domina a mídia de nossas sociedades, sobretudo as redes sociais, já se provou perigosa em muitos sentidos, inclusive, no que se refere a crianças e adolescentes. O grande alimento é a educação, o afeto, a formação profunda e diversificada, a reflexão feita a partir de diferentes fontes. Os pais, professores e responsáveis pela educação das crianças e jovens precisam estimular o retorno aos livros, a formação e frequentação de bibliotecas. É inestimável o diálogo silencioso que a leitura permite, a imersão no imaginário e no pensamento de autores que tragam valores, impulsionem a imaginação e criatividade, baseadas

em premissas humanistas. Os grandes romances universais, alguns já colocados em formato de histórias em quadrinhos, ensinam história e aguçam a compreensão dos intrincados mecanismos dos sentimentos humanos.

A Biblioteca Nacional de nossa cidade é muito bem localizada, além de bem equipada, com excelente auditório, espaço para mostras e apto a receber mais livros. Já mencionei, em crônica anterior, o quanto seria relevante que a população do DF propusesse à atenta Diretoria da BN temas para debates e eventuais mostras. A cidadania participativa pode mudar tudo, ainda que não de um dia para o outro, como diz um dos cartazes das tesourinhas da

Asa Norte. Precisamos acreditar em transformações, sobretudo nas menos utópicas. A palavra revolução assusta alguns, mas é ela a exata para afirmar que a revolução pela educação é possível, e mais do que urgente num país que a procrastina historicamente.

Vivemos numa capital e talvez não nos damos conta do significado disso; a ampliação dos espaços de formação e debate é essencial. Capitais deveriam nortear os países na direção de um bem comum. Em todos as latitudes, existem pessoas lutando para que se questione, de modo ativo, os rumos que o mundo está tomando. As embaixadas, aqui sediadas, podem ser provocadas no sentido de trazerem personalidades relevantes para debates, mais do nunca necessários, frente a uma cena internacional preocupante. A Biblioteca, bem como outros dos espaços de cultura, poderia receber doações de livros e organizar seminários com pensadores e artistas.

A população, nossos professores e intelectuais não precisam temer se aproximar das embaixadas, os setores culturais podem apreciar. Provocá-los pode ser um ótimo exercício. Identificar temas que construam pontes entre a realidade brasileira (e brasiliense) com outras realidades não é difícil, e é do interesse de todos. Debater é preciso para que ideias surjam, veredas se abram. Pensemos.

FISCALIZAÇÃO / Ao longo do ano, foram apreendidos mais de 23 mil litros de líquidos alcóolicos e não alcoólicos com padrões inconsistentes detectados. Material foi entregue pela Vigilância Sanitária para descarte no aterro sanitário de Samambaia, ontem

Bebidas suspeitas no lixo

» MILA FERREIRA

m volume de mais de 23 mil litros de bebidas apreendidas pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal foi descartado ontem no aterro sanitário de Samambaia. O material foi retirado de circulação após fiscalizações que detectaram padrões inconsistentes com as normas sanitárias ao longo do ano. Entre os líquidos descartados, havia bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

"Algumas bebidas estavam vencidas, outras não tinham informação de onde tinha sido produzido, outras não tinham informação nenhuma acerca da origem de lote ou de conteúdo", explicou o auditor da Vigilância Sanitária, Allex Moraes. "Em razão dessas irregularidades, esses produtos foram recolhidos em distribuidoras, bares e outros estabelecimentos do comércio de alimentos e hoje estão sendo entregues aqui ao SLU", completou.

As bebidas são entregues lacradas para o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) fazer o descarte correto, de acordo com as normas ambientais. "A função da Vigilância Danitária é fazer o recolhimento dos produtos. Em razão do risco do consumo e do desvio, assumimos o recolhimento do produto e entregamos para o SLU, que é um órgão ambientalmente licenciado para essa gestão aqui no Distrito Federal. A partir daí, o SLU vai analisar



As bebidas são entreques lacradas para o Servico de Limpeza Urbana (SLU) fazer o descarte correto, de acordo com as normas ambientais

caso a caso e descartar da forma correta", detalhou Allex Moraes.

Crise do metanol

A fiscalização foi intensificada nos últimos dois meses no DF por conta dos casos de intoxicação por metanol registrados em outras regiões do Brasil. Somente em 2025, entre janeiro e setembro, a Secretaria de Saúde (SES-DF) realizou e participou de mais de 3.706 fiscalizações, que resultaram em 194 autuações de estabelecimentos.

Em uma única operação, realizada recentemente, foram apreendidos quase 10 mil litros de bebidas irregulares, isto é, sem identificação do produtor, número de registro e lotes de produção.

Na próxima semana, a Vigilância

Sanitária dará início à terceira etapa das ações, que consistirá na continuidade das operações integradas em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF). As equipes seguirão atendendo às denúncias recebidas pelo Participa-DF e outros órgãos de controle.

Também será iniciado o monitoramento das bebidas regulares, com a realização de coletas em

distribuidoras e supermercados para verificar a concentração de metanol nos produtos. A ação faz parte do Programa de Vigilância Sanitária (PVS) em parceria com o Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (Lacen-DF), que realiza a análise das amostras coletadas no setor produtivo regulamentado.

Além disso, na próxima semana será distribuída uma cartilha de

Allex Moraes, auditor da Vigilância Sanitária do DF: irregularidades

orientação à população, com informações sobre como comprar bebidas alcoólicas de forma segura. "O objetivo é ampliar a proteção da saúde pública, garantindo que o consumidor tenha acesso apenas a produtos seguros e de origem comprovada", afirma a diretora da Vigilância Sanitária, Márcia Olivé.

Vender bebidas sem procedência é infração sanitária e pode gerar processo administrativo, autuação do estabelecimento e multas de R\$2 mil a R\$ 1,5 milhão. Em casos de fraude, o responsável também pode responder a uma investigação nas esferas civil e criminal.

PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA



Helena e Felipe Jales: custo que poderia ser revisto

Reajuste do ingresso repercute entre visitantes

» CARLOS SILVA

» ARTUR MALDANER*

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) atualizou os valores de ingressos e serviços nas Unidades de Conservação federais de todo o país. No Parque Nacional de Brasília, um dos destinos mais procurados pelos moradores do Distrito Federal para lazer, trilhas e contato com a natureza, o ingresso para visitantes passará a custar R\$ 40. com desconto de 50% para moradores do DF e do Entorno e isenção para crianças de até 12 anos e idosos. Atualmente, o valor da entrada é de R\$ 38. A mudança, publicada no Diário Oficial da União de quinta-feira (16/10), passa a valer a partir de 1º de novembro de 2025. O aumento faz parte de um reajuste nacional que busca uniformizar as tarifas entre

as diferentes unidades e adequá-las aos custos de manutenção e operação.

A decisão causou um misto de questionamentos e certa indignação entre visitantes. Felipe Jales conta que vai ao parque por volta de seis vezes ao ano. "Vim levar a minha família do Ceará que está aqui de férias, e a gente achou um pouco caro. Nós nos surpreendemos quando vimos que o ingresso era R\$ 38. Por ser um espaço ecológico, poderia ser mais em conta, tanto que não tem muita coisa para justificar esse valor alto. Acho que a inteira poderia ser R\$ 19, ao invés da meia", defende o videomaker.

As amigas Cátia Regina e Mara Sílvia Ribeiro, ambas com 61 anos e moradoras de São Sebastião, têm a entrada isenta, mas apontam falhas na infraestrutura do parque. "Os banheiros, por exemplo, vivem sujos", comenta Mara, que visita o ambiente com grande frequência. "O ambiente poderia estar mais arrumado", complementa Cátia.

A diretora da Associação dos Amigos do Parque Nacional de Brasília (AFam), Júnia Lara, entende que o reajuste segue uma prática consolidada, mas levanta preocupações quanto à equidade no acesso aos parques nacionais. "Infelizmente, há essa diferença entre moradores do DF e Entorno e de outras localidades, uma mudança recente que o ICMBio adotou. Acredito que essa norma deveria ser revista", afirmou.

Júnia chama atenção para a falta de manutenção e investimentos no parque. "Há muitos problemas. Uma parte da parede da piscina Pedreira desabou há cinco anos e, apesar de o ICMBio ter dito que os recursos estão liberados, até hoje a obra não foi iniciada", relatou.

Esclarecimento

Ao Correio, a chefia do Núcleo de Gestão Integrada de Brasília e Contagem, responsável pelo Parque Nacional de Brasília, reforçou que o novo valor de entrada não se trata de um aumento real, mas de uma atualização anual. A correção segue o mesmo índice que reajusta diversos serviços e produtos no país, garantindo que o valor cobrado acompanhe a inflação sem gerar distorções.

Segundo Larissa Moura Dil, analista ambiental e chefe do núcleo, apesar da mudança, a política de isenções e descontos — como a meia-entrada para moradores do Distrito Federal e entorno, e a gratuidade para crianças de até 12 anos e idosos — será mantida. "A população costuma reclamar mais quando há alteração nas isenções ou nos descontos. Como

estamos apenas corrigindo os valores e mantendo os benefícios, acreditamos que não haverá grande polêmica", afirmou Larissa.

Elas orientam ainda que os visitantes busquem informações apenas em fontes oficiais, como o site Gov.br e o perfil no Instagram @parnabrasilia, para evitar desinformações. "É importante que as pessoas consultem os canais oficiais e tragam comprovante de residência ao visitar o parque, especialmente para o uso da meia-entrada. Isso facilita a gestão e reduz o tempo de espera nas filas", recomendou Daniela.

Na portaria, o ICMBio informou que as unidades poderão manter ou não o sistema de agendamento eletrônico, conforme suas especificidades. No caso do Parque Nacional de Brasília, ainda não há definição sobre mudanças nesse procedimento. A direção do parque também deverá definir, por ato próprio, quais localidades serão consideradas "entorno" para fins de concessão de desconto.

*Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti

